



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte - PGE-DER

Parecer nº 248/2022/PGE-DER

### **Tomada de Preços n. 029/2021/CPLO/SUPEL/RO**

**Interessado:** Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

**Processo Administrativo:** 0009.336820/2021-90

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO.

**Valor estimado:** 2.109.231,27 (dois milhões, cento e nove mil duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos)

**Assunto:** Análise e Parecer da Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (0028333889)

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitação. Lei 8.666/93. Tomada de Preços n. 029/2021/CPLO/SUPEL/RO. Recurso Administrativo. Tempestividade. Conhecimento. Ata de Julgamento. Não Atendimento as regras do Edital. Desclassificação. Recurso Improcedente.

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto acerca do processo licitatório tomada de preços n. 029/2021/CPLO/SUPEL/RO, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO.

Cumprir apontar que em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

A empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA apresentou Recurso (0028032959).

Não houve contrarrazões.

A comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL deliberou na Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (0028333889), manifestando pela permanência da desclassificação da recorrente do certame licitatório.

### **2. FUNDAMENTO JURÍDICO**

Inicialmente, cabe enfatizar que a presente análise se restringe ao caráter jurídico, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos da avença, ou de conveniência e oportunidade, cujo ônus recai sobre a Autoridade Competente.

Também não se está aqui analisando o processo administrativo na sua inteireza, mas apenas naquilo que concerne Ata de Julgamento de Recurso que julgou o recursos administrativo impetrado pela empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA.

**Pois bem.**

A empresa recorrente aduz que apresentou nos itens 2.10, 4.7, 5.1.1., 5.1.2., 5.1.3. e 6.18 valores unitários superiores ao estimado pela Administração pública, também apresentou no item 4.1 (Fornecimento e instalação de Refletores LED de 400 W - 38.000 lumens, vida útil de 40.000 hs. Medidas: 24 cm x 53 cm x 33 cm -11 KG) quantitativo divergente do exigido, porém, em nenhum item indicado há diferenças substanciais que extrapolem a margem da razoabilidade, bem como, que os valores acima decorre do fato da planilha orçamentária ser de outubro de 2020, e a proposta da empresa de janeiro de 2022.

Quanto ao recurso apresentado a Comissão de Licitação decidiu que:

manter a decisão proferida na sessão de análise e julgamento do dia 06.04.2022, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. Esta Comissão examinou minuciosamente a proposta de preços apresentada pela recorrente, e mais uma vez fora constatado que o item 4.1 (Fornecimento e instalação de Refletores LED de 400 W - 38.000 lumens, vida útil de 40.000 hs. Medidas: 24 cm x 53 cm x 33 cm -11 KG) quantitativo divergente do apresentado pela Administração Pública, bem como por apresentar nos itens 2.10, 4.7, 5.1.1., 5.1.2., 5.1.3. e 6.18 valores unitários superiores ao estimado pela Administração Pública contrariando o disposto no item 20.2.1. alínea "h" do Edital.

Vejamos o que diz o Edital de licitações sobre o tema:

20.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

h. Apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes da Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

Conclui-se facilmente que a empresa requerente descumpriu norma previamente contida no edital. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-ia afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

A jurisprudência a respeito é pacífica e remansosa e têm defendido o respeito ao princípio da vinculação aos Editais, como se verifica do seguinte aresto:

Concorrência Pública. Licitação a menor preço. Proposta em desconformidade com o edital. Desclassificação. Segurança denegada." (MS nº 20.286-0/0 do TJ/SP – Impetrante: CODEP - Conservadora e Detetizadora de Prédios e Jardins, Ltda.; Impetrado: Presidente do TCE-SP).

PEDIDO DE REEXAME EM PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO DEVIDA. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. ARQUIVAMENTO. 1. Não se aceita como proposta documento que não contém todos os elementos exigidos no edital, sobretudo quando o conjunto dos documentos contém contradições e a parcela que é favorável ao licitante desclassificado consubstancia-se em patente reprodução dos textos contidos no edital. 2. Se o edital pede que o produto a ser ofertado seja

submetido a teste de qualidade, este deve incidir sobre produto com as exatas características exigidas no edital como definidoras de seu objeto. (grifo nosso)

(TCU 02280320088, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 14/07/2010)

Ademais, o art. 48 da lei supracitada dispõem sobre desclassificação das propostas que não atende exigência do edital licitatório:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Baseado nisso, os licitantes participantes devem apresentar suas propostas nos moldes delineados no edital, sobe pena de desclassificação. No caso, se vislumbra que a empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA apresentou proposta em desacordo com o ato convocatório, o que gerou a sua desclassificação.

Os argumentos apresentados pela empresa recorrente não são suficientes a embasar reforma da decisão proferida pela comissão.

Importante mencionar, que a licitante recorrente poderia até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação impugnar o edital (item 14 do Edital), o que não o fez. Tal direito, esta elencado na Lei 8.666/93 no art. 41, §§ 1º e 2º, da retro citada Lei. Transcrevo abaixo:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Por fim, ao analisar a decisão formulado pela comissão, percebe-se que a mesma não padece de irregularidade, eis que a desclassificação da empresa decorreu do descumprimento das normas do edital.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, **opina esta Procuradoria pela manutenção da decisão proferida pela Comissão de Licitação**, a qual julgou **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente AUCON TECNOLOGIA LTDA.

Eis o Parecer que submeto a análise e aprovação do Procurador-Diretor, conforme disposição prevista no art. 8º da Resolução nº 08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

Após, devolvo os autos à origem para conhecimento e medidas que entender pertinentes.

Porto Velho, data e hora da assinatura.

**Henrique Flávio Barbosa**  
Procurador Autárquico PGE/DER



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Flavio Barbosa, Procurador(a)**, em 02/05/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0028430103** e o código CRC **C564A4C4**.

**Referência:** Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0009.336820/2021-90

SEI nº 0028430103